



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS

EDITAL Nº 12, DE 27 DE MARÇO DE 2024

O Ministério Público Federal no Amazonas – MPF/AM, por meio da Comissão de Processo Seletivo de Estágio designada pela PORTARIA Nº 5, de 09 de janeiro de 2024, com fundamento na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 16 de junho de 2008, e alterações posteriores, no regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União aprovado pela Portaria PGR/MPU Nº 378, de 9 de agosto de 2010 e alterações posteriores, bem como na Portaria PGR/MPF nº 192, de 30 de março de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 16, § 2º, da Portaria PGR/MPU nº 652, de 30 de outubro de 2012, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o modelo de prova com gabarito preliminar e justificativas da prova objetiva referente ao 1º Processo Seletivo de 2024 para Estagiários de Graduação e Pós-graduação em Direito da Procuradoria da República no Amazonas, que teve aplicação na data de 26/03/2024, e informar que os candidatos podem verificar sua prova também pela plataforma de aplicação de prova.

Art. 2º Consignar o prazo de 01 dia, até 28/03/2024 às 23h59min, para interposição de recursos em face do gabarito preliminar, os quais deverão ser redigidos no formulário próprio, conforme [anexo VI](#) do edital de abertura disponível no site <http://www.mpf.mp.br/am/estagie-conosco>, e encaminhados para o email: pram-processoseletivo@mpf.mp.br.

JHONATAN JORDAN PIMENTEL DE OLIVEIRA
COORDENADOR DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PORTARIA Nº 5, de 09 de janeiro de 2024



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Gabarito Preliminar Direito - GRADUAÇÃO

Questão	Gabarito
1	B
2	C
3	E
4	C
5	D
6	D
7	A
8	B
9	A
10	D
11	A
12	E
13	B
14	A
15	E
16	E
17	C
18	A
19	D
20	C
21	A
22	A
23	C
24	E
25	D
26	D
27	D
28	E
29	E



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Gabarito Preliminar Direito - PÓS-GRADUAÇÃO

Questão	Gabarito
1	B
2	C
3	E
4	B
5	D
6	C
7	E
8	D
9	C
10	A
11	B
12	C
13	D
14	E
15	E
16	D
17	B
18	A
19	C
20	A
21	A
22	D
23	C
24	B
25	C
26	C
27	C
28	E
29	E
30	A
31	C

32	B
33	E
34	D
35	C

Iniciado em	terça-feira, 26 mar. 2024, 13:06
Estado	Finalizada
Concluída em	terça-feira, 26 mar. 2024, 13:06
Tempo empregado	14 segundos
Avaliar	0,00 de um máximo de 30,00(0%)

Questão 1

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. São tipos de ato de improbidade administrativa: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública.
- b. A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.
- c. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público.
- d. A existência de uma Lei de Improbidade Administrativa não impede que outras condutas de improbidade sejam previstas em outras leis.
- e. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

A resposta correta é: A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.



Questão 2

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. É possível que, em determinadas hipóteses, ato praticado contra o patrimônio de entidade privada possa ser enquadrado como improbidade administrativa.
- b. O fato de uma função ser exercida de modo transitório não impede que uma pessoa seja considerada agente público para fins da Lei de Improbidade Administrativa.
- c. Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.
- d. A Lei de Improbidade Administrativa por vezes poderá ser aplicada inclusive a pessoas que não são agentes públicos, como nos casos em que tal pessoa induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- e. A ação para aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 anos.

A resposta correta é: Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.

Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta:

- a. Caso o Tribunal de Contas aprove as contas de determinado órgão administrativo, estará afastada, por presunção absoluta, a possibilidade de caracterização de ato de improbidade administrativa.
- b. Se não for comprovado efetivo dano ao patrimônio público, ou seja, efetivo prejuízo quantificável, não poderá ser caracterizado ato de improbidade administrativa.
- c. Apenas o rol de legitimados na Lei de Improbidade Administrativa podem oferecer representação narrando possível ato de improbidade.
- d. O prazo de prescrição de 8 anos, contado da data do conhecimento do fato pelo Estado, não se interrompe em nenhuma hipótese.
- e. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A resposta correta é: A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

O Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assinale a alternativa incorreta:

- a. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b. O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar.
- c. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- d. Dentre as funções institucionais do Ministério Público, tem-se a promoção, privativa, da ação penal pública, na forma da lei e o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- e. As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição, e o será feito mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação

A resposta correta é: A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.



Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Assinale a alternativa correta no que tange o direito dos povos tradicionais à luz da Constituição Federal de 1988.

- a. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União, com anuência do Ministério Público Federal, demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- b. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Senado Federal, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- c. As terras de que trata o art. 231 da CRFB/88 são inalienáveis e disponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- d. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- e. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo a FUNAI emitir-lhes os títulos respectivos.

A resposta correta é: Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Questão 6

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Assinale a alternativa incorreta:

- a. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.
- b. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa ou declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.
- c. A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio. Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes. Logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.
- d. Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, obrigando ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- e. Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta. Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias. O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

A resposta correta é: Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, obrigando ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre as teses de repercussão geral do STF, assinale a que está incorreta.

- a. A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal ("condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos") impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.
- b. É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato (a) aprovado(a) que, embora tenha sido acometido(a) por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida (CF, arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, caput, 37, caput, I e II).
- c. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- d. O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença.
- e. O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/1994, art. 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa Instituição.

A resposta correta é: A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal ("condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos") impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

**Questão 8**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

De acordo com a previsão legal, são elementos dos atos administrativos, exceto:

- a. Finalidade.
- b. Motivação.
- c. Competência.
- d. Objeto.
- e. Forma.

A resposta correta é: Motivação.

Questão 9

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a administração pública indireta, assinale a alternativa incorreta:

- a. Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- b. Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- c. Autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- d. Fundação Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público ou privado, sem fins lucrativos, criada por lei ou em virtude de autorização legislativa, a depender de seu regime jurídico, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos estatais e de outras fontes.
- e. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não é uma entidade da administração indireta da União, consubstanciando serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro.

A resposta correta é: Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Questão 10

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre a responsabilidade civil do estado, assinale a alternativa correta:

- a. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o agente público responsável.
- b. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- c. A responsabilidade civil do estado por danos nucleares depende da existência de culpa.
- d. À responsabilidade civil do estado por danos ambientais aplica-se a teoria do risco integral, sendo descabida a invocação de excludentes de responsabilidade para afastar a obrigação de indenizar, bastando, para fazer surgir o dever de recomposição ambiental, que ocorra resultado prejudicial aos seres humanos e ao ambiente advindo de uma ação ou omissão do responsável.
- e. São causas excludentes de responsabilidade do estado, apenas, o caso fortuito e a força maior.

A resposta correta é: À responsabilidade civil do estado por danos ambientais aplica-se a teoria do risco integral, sendo descabida a invocação de excludentes de responsabilidade para afastar a obrigação de indenizar, bastando, para fazer surgir o dever de recomposição ambiental, que ocorra resultado prejudicial aos seres humanos e ao ambiente advindo de uma ação ou omissão do responsável.

Questão 11

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o regime jurídico administrativo e as suas peculiaridades, assinale a alternativa incorreta:

- a. A administração pública não pode anular seus próprios atos, mesmo que eivados de vícios que os tornem ilegais, cabendo ao Poder Judiciário, com exclusividade, tal prerrogativa. Contudo, pode a administração pública revogar seus atos administrativos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada a apreciação judicial.
- b. Os princípios da impessoalidade e moralidade, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, vedam a prática de nepotismo no âmbito da administração pública.
- c. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- d. O princípio da eficiência apresenta duas facetas: pode ser observado em relação à atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível das competências que lhe foram outorgadas quando da investidura no cargo, para atingir os melhores resultados; e em relação à forma de organizar, estruturar e disciplinar a administração pública, também com a finalidade de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.
- e. O princípio da legalidade está contido na ideia de democracia, significando a supremacia da lei (termo que abrange também a Constituição), de sorte que a atividade administrativa encontra nas disposições e atos normativos o seu fundamento e o seu limite de validade.

A resposta correta é: A administração pública não pode anular seus próprios atos, mesmo que eivados de vícios que os tornem ilegais, cabendo ao Poder Judiciário, com exclusividade, tal prerrogativa. Contudo, pode a administração pública revogar seus atos administrativos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada a apreciação judicial.

Questão 12

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Considerando-se a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa falsa:

- a. A simples falta de assinatura do perito encarregado pela lavratura do laudo toxicológico definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular a prova pericial na hipótese de existirem outros elementos que comprovem a sua autenticidade, notadamente quando o expert estiver devidamente identificado e for constatada a existência de substância ilícita.
- b. A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais infrações.
- c. O crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A, § 1º, I, do Código Penal, possui natureza de delito material, que só se consuma com a constituição definitiva, na via administrativa, do crédito tributário, consoante o disposto na Súmula Vinculante n. 24 do Supremo Tribunal Federal.
- d. Embora a tipificação da lavagem de capitais dependa da existência de uma infração penal antecedente, é possível a autolavagem, isto é, a imputação simultânea, ao mesmo réu, do delito antecedente e do crime de lavagem, desde que sejam demonstrados atos diversos e autônomos daquele que compõe a realização do primeiro crime, circunstância em que não ocorrerá o fenômeno da consunção.
- e. O tipo penal previsto pelo art. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/2013 (impedir ou, de qualquer forma, embaraçar a investigação de infração penal que envolva organização criminosa) define conduta delituosa que abrange exclusivamente o inquérito policial, porquanto na ação penal já se exauriu a fase investigativa.

A resposta correta é: O tipo penal previsto pelo art. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/2013 (impedir ou, de qualquer forma, embaraçar a investigação de infração penal que envolva organização criminosa) define conduta delituosa que abrange exclusivamente o inquérito policial, porquanto na ação penal já se exauriu a fase investigativa.

Questão 13

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Para aplicar golpes, Mévio alterou um documento particular verdadeiro, consistente em um bilhete de loteria, apagando os números originais e inserindo em seus lugares os números correspondentes ao último concurso da Mega-Sena. Mévio apresentou esse bilhete falso a Tício, e disse que precisaria vendê-lo por uma fração do valor do prêmio, pois não teria condições de sacar o dinheiro em virtude de restrições perante a Receita Federal. Tício, induzido a erro mediante o ardil, transferiu a quantia a Mévio, que, todavia, manteve o bilhete sob sua posse e evadiu-se logo após ter obtido a vantagem ilícita. Mévio, então, procurou Caio, e cogitou repetir a conduta, utilizando-se do mesmo bilhete adulterado, porém mudou de ideia ao perceber que Caio era estagiário do MPF e tinha vasto conhecimento do Direito. Assim, Mévio sequer chegou a fazer a proposta a Caio. Com base no relato, e considerando-se, em especial, a Súmula 17 do STJ e os artigos 171, 298 e 299 do Código Penal, pode-se concluir que:

- a. Mévio tentou consumir o crime de falsidade ideológica em concurso com estelionato.
- b. Mévio consumou o crime de falsidade material em concurso com estelionato.
- c. Mévio consumou o crime de falsidade material, porém este foi absorvido pelo crime de estelionato.
- d. Mévio consumou o crime de falsidade ideológica, porém este foi absorvido pelo crime de estelionato.
- e. Mévio tentou consumir o crime de falsidade material, porém este foi absorvido pelo crime de estelionato.

A resposta correta é: Mévio consumou o crime de falsidade material em concurso com estelionato.

Questão 14

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

NÃO é hipótese de exclusão da ilicitude:

- a. menoridade penal
- b. estado de necessidade
- c. legítima defesa
- d. estrito cumprimento de dever legal
- e. exercício regular de direito

A resposta correta é: menoridade penal



Questão 15

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre sistemas processuais penais e princípios fundamentais do processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a. O Brasil adota o sistema inquisitório (ou inquisitivo), admitindo ampla atuação do magistrado na fase investigativa para resguardar os direitos fundamentais do acusado. Assim, é lícito ao juiz, por exemplo, requisitar a produção de provas ao delegado de polícia, o que tem fundamento, também, no princípio da verdade real.
- b. De acordo com o entendimento atual dos tribunais superiores, o princípio da presunção de inocência (ou presunção de não-culpabilidade) não obsta que a sentença penal seja executada logo após a decisão do Tribunal Regional Federal que nega provimento à apelação interposta pela defesa, ainda que seja possível, em tese, recorrer aos tribunais superiores. Isso se justifica, na medida em que os recursos especial e extraordinário não são dotados, como regra, de efeito suspensivo.
- c. O Princípio do Procurador Natural não impede que o Conselho Superior do Ministério Público Federal designe o Procurador da República mais experiente e bem preparado, sob o ponto de vista técnico, para oficiar em investigação de alta complexidade.
- d. À luz da Constituição Brasileira, o princípio do contraditório é plenamente aplicável ao inquérito policial e ao procedimento investigatório criminal.
- e. O princípio da não autoincriminação está implícito no direito constitucional ao silêncio e faculta que os acusados não colaborem ativamente na produção de provas que possam ser utilizadas em seu desfavor, a exemplo de eventual reprodução simulada dos fatos.

A resposta correta é: O princípio da não autoincriminação está implícito no direito constitucional ao silêncio e faculta que os acusados não colaborem ativamente na produção de provas que possam ser utilizadas em seu desfavor, a exemplo de eventual reprodução simulada dos fatos.

Questão 16

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



No processo penal, o Procurador da República pode, dentre outras atividades ou funções processuais:

- a. Aditar a denúncia; apresentar alegações finais postulando a condenação; apresentar alegações finais postulando a absolvição; impetrar habeas corpus ao TRF exclusivamente em favor do réu; arrolar testemunhas, desde que após o recebimento da denúncia.
- b. Manifestar-se sobre o pedido de ingresso do assistente de acusação; apresentar alegações finais postulando a condenação ou a absolvição; impetrar mandado de segurança ao TRF para assegurar efeito suspensivo a determinados recursos; realizar sustentação oral nos tribunais.
- c. Aditar a denúncia; requerer a prisão preventiva; contraditar testemunhas; opor embargos de declaração; interpor recurso adesivo; interpor apelação para majorar a pena; requerer que seja declarada extinta a punibilidade devido à ocorrência de prescrição.
- d. Requerer a concessão de liberdade provisória; requerer a decretação de prisão preventiva ou de prisão temporária; opor embargos infringentes nas hipóteses de decisões não unânimes proferidas pelos tribunais; interpor apelação para majorar a pena.
- e. Requerer a concessão de liberdade provisória; impetrar habeas corpus em favor do réu; pleitear absolvição sumária; apresentar alegações finais pugnando pela absolvição; interpor recurso de apelação para reduzir a pena.

A resposta correta é: Requerer a concessão de liberdade provisória; impetrar habeas corpus em favor do réu; pleitear absolvição sumária; apresentar alegações finais pugnando pela absolvição; interpor recurso de apelação para reduzir a pena.

Questão 17

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Com relação à competência e aos procedimentos processuais especiais no Direito Processual Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a. Compete ao Tribunal do Júri Federal processar e julgar o crime de tortura seguida de morte, praticado por policiais rodoviários federais, no exercício de suas atividades funcionais.
- b. A Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), ao contrário do Código de Processo Penal, preconiza que a sentença condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração.
- c. De acordo com a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas), caso decida celebrar acordo de colaboração premiada, o colaborador, nos depoimentos que prestar, estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade, não podendo invocar o direito ao silêncio.
- d. No procedimento regido pela Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), caso não seja aceita a proposta de transação penal, o Ministério Público Federal poderá oferecer denúncia oralmente, ainda que haja necessidade de promover outras diligências, que serão realizadas no curso da ação penal.
- e. Por se tratar de crime grave, equiparado a hediondo, o tráfico de drogas deve ser enfrentado com rigor. Consequentemente, é constitucional o artigo 59 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), que estabelece que "Nos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória."

A resposta correta é: De acordo com a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas), caso decida celebrar acordo de colaboração premiada, o colaborador, nos depoimentos que prestar, estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade, não podendo invocar o direito ao silêncio.

Questão 18

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Acerca das Pessoas Jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a. Uma autarquia foi vítima de grande esquema criminoso que desviou vultosa quantia e gerou grande repercussão na imprensa, acarretando descrédito em sua credibilidade institucional. Neste caso, os particulares envolvidos podem ser condenados a pagar indenização por danos morais à autarquia, tendo em vista que, no caso hipotético, a credibilidade institucional foi fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral restou evidente.
- b. O associado só pode ser excluído da Associação após o devido processo legal e provada a justa causa. Contudo, não cabe discutir, no âmbito judicial, as razões da exclusão do associado, conforme já reconheceu o STF, já que, no Ordenamento Jurídico brasileiro, é inaplicável a eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações entre os particulares.
- c. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, obrigatoriamente, a maneira de administrá-la.
- d. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.
- e. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, havendo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

A resposta correta é: Uma autarquia foi vítima de grande esquema criminoso que desviou vultosa quantia e gerou grande repercussão na imprensa, acarretando descrédito em sua credibilidade institucional. Neste caso, os particulares envolvidos podem ser condenados a pagar indenização por danos morais à autarquia, tendo em vista que, no caso hipotético, a credibilidade institucional foi fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral restou evidente.

Questão 19

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

O Código Civil preconiza que a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores, de sorte que a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos. Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, assinale o item INCORRETO:

- a. Prevalece que o Código Civil adotou a teoria maior para a desconsideração da personalidade jurídica.
- b. O encerramento das atividades ou dissolução da sociedade, ainda que irregulares, não é causa, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil.
- c. O Código Civil acolheu a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- d. De acordo com o Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica pode ser determinada de ofício pelo juiz.
- e. A pessoa jurídica tem legitimidade para impugnar decisão interlocutória que desconsidera sua personalidade para alcançar o patrimônio de seus sócios ou administradores, desde que o faça com o intuito de defender a sua regular administração e autonomia.

A resposta correta é: De acordo com o Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica pode ser determinada de ofício pelo juiz.

Questão 20

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca da posse e propriedade, assinale a alternativa incorreta.

- a. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.
- b. A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias. Desse modo, quando irregularmente ocupado o bem público, não há que se falar em direito de retenção pelas benfeitorias realizadas, tampouco em direito a indenização pelas acessões, ainda que as benfeitorias tenham sido realizadas de boa-fé.
- c. O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, mas não poderá alegar, como matéria defensiva, o domínio da coisa.
- d. Particular que invade imóvel público pode pleitear judicialmente proteção possessória em face de outro particular, já que é possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse.
- e. Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

A resposta correta é: O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, mas não poderá alegar, como matéria defensiva, o domínio da coisa.



Questão 21

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Durante ação indenizatória por danos morais, o magistrado verificou, durante a fase de alegações finais, que o direito pleiteado pertence a terceiro. Nessa situação, o magistrado deverá:

- a. julgar improcedente a ação.
- b. prolatar sentença terminativa.
- c. citar o terceiro para que assumo o polo ativo.
- d. intimar o réu para informar se tem interesse na substituição do polo ativo.
- e. suspender o trâmite processual.

A resposta correta é: julgar improcedente a ação.

Questão 22

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Pedro ajuizou ação contra a União, pleiteando vultosa quantia, tendo a ação sido julgada parcialmente procedente. Ausente recurso voluntário das partes, o magistrado ad quo determinou a realização da remessa necessária. Nessa situação:

- a. o magistrado ad quo não deverá intimar Pedro para apresentação de contrarrazões.
- b. é inadmissível a alteração dos juros legais em prejuízo da União por ocasião da análise da remessa necessária.
- c. a narrativa fática não seria alterada se a ação tivesse sido proposta contra a Caixa Econômica Federal.
- d. a análise feita pelo Tribunal Regional Federal estará limitada em sua extensão.
- e. o magistrado se equivocou, pois não é caso de remessa necessária.

A resposta correta é: o magistrado ad quo não deverá intimar Pedro para apresentação de contrarrazões.

**Questão 23**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), na jurisprudência dos Tribunais Superiores e nas funções institucionais do Ministério Público (artigos 127 e 129 da Constituição), assinale a alternativa errada:

- a. O CDC adota, em regra, um modelo de responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores pelos danos causados aos consumidores.
- b. O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.
- c. O conceito de consumidor abrange qualquer pessoa física ou jurídica que adquira produto ou serviço, sendo irrelevante a destinação que for dada ao produto ou serviço.
- d. O fato de o serviço prestado ser gratuito não exclui, por si só, a relação de consumo, pois a expressão "mediante remuneração", contido no art. 3º, § 2º, do CDC, deve ser interpretada de forma ampla, de modo a incluir o ganho indireto do fornecedor.
- e. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

A resposta correta é: O conceito de consumidor abrange qualquer pessoa física ou jurídica que adquira produto ou serviço, sendo irrelevante a destinação que for dada ao produto ou serviço.

Questão 24

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o sistema consumerista e a ordem econômica (artigo 170 da Constituição Federal), indique a assertiva incorreta:

- a. Os requisitos para a revisão dos contratos de consumo são menos rígidos que aqueles firmados na seara cível, visto que o CDC presume a vulnerabilidade do consumidor.
- b. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) autoriza que o Estado atue na ordem econômica de forma direta (atuação empresarial do Estado) e indireta (atuação regulatória), buscando compatibilizar o postulado da livre iniciativa com a intervenção social em matérias essenciais.
- c. A função social da propriedade, adotada pela Constituição Federal como princípio da ordem econômica, fundamenta a impossibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária dos imóveis rurais considerados produtivos.
- d. A Lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, atribui a titularidade dos bens protegidos pelo SBDC à coletividade.
- e. No Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a atuação do Ministério Público Federal restringe-se ao envio de comunicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a prática de possíveis infrações contra a ordem econômica, não havendo previsão legal de manifestação do MPF nos processos administrativos que tramitam perante a autarquia.

A resposta correta é: No Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a atuação do Ministério Público Federal restringe-se ao envio de comunicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a prática de possíveis infrações contra a ordem econômica, não havendo previsão legal de manifestação do MPF nos processos administrativos que tramitam perante a autarquia.

Questão 25

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre os direitos políticos dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a. É direito fundamental da pessoa indígena ter considerados, na prestação de serviços eleitorais, sua organização social, seus costumes e suas línguas, crenças e tradições. Para isso, é obrigatório que o registro eleitoral conte com informações sobre o aldeamento ou não aldeamento do eleitor indígena.
- b. É exigida alfabetização em língua portuguesa para fins de alistamento, motivo pelo qual indígenas que não tem fluência na língua oficial não podem se alistar.
- c. É exigida alfabetização em língua portuguesa para fins de candidatura, motivo pelo qual indígenas que não tem fluência na língua oficial não podem ser candidatos a cargos eletivos.
- d. a Corte Interamericana de Direitos Humanos já decidiu, no Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala/2010, que diante da magnitude dos direitos políticos, deve a legislação doméstica do país pautar-se pela razoabilidade e flexibilidade para permitir a maior amplitude de participação política possível, em especial a dos povos indígenas.
- e. Os indígenas não possuem direito às cotas de tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV, pois é direito apenas dos candidatos pardos e negros.

A resposta correta é: a Corte Interamericana de Direitos Humanos já decidiu, no Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala/2010, que diante da magnitude dos direitos políticos, deve a legislação doméstica do país pautar-se pela razoabilidade e flexibilidade para permitir a maior amplitude de participação política possível, em especial a dos povos indígenas.

Questão 26

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a organização da Justiça Eleitoral e as atribuições do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a. O Ministério Público Eleitoral é ramo do Ministério Público Federal.
- b. O Promotor Eleitoral é responsável por atuar na Justiça Eleitoral nas eleições municipais, e sempre é designado entre Procuradores da República atuantes na circunscrição.
- c. O Procurador Regional Eleitoral é responsável por atuar na Justiça Eleitoral nas eleições perante o Tribunal Regional Eleitoral, sendo sempre escolhido dentre Procuradores Regionais da República.
- d. O Procurador Geral Eleitoral atua perante o Tribunal Superior Eleitoral e é auxiliado por Subprocuradores Gerais da República.
- e. O Ministério Público Eleitoral é ramo do Ministério Público da União.

A resposta correta é: O Procurador Geral Eleitoral atua perante o Tribunal Superior Eleitoral e é auxiliado por Subprocuradores Gerais da República.

Questão 27

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a jurisprudência do superior tribunal de justiça em direito ambiental, assinale a assertiva correta:

- a. É imprescritível a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.
- b. Não se admite a condenação simultânea e cumulativa das obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar na reparação integral do meio ambiente.
- c. Nos crimes ambientais, as esferas administrativa e penal são dependentes, razão pela qual a instauração e a tramitação da ação penal somente podem ocorrer após a apuração dos fatos pelo órgão administrativo competente.
- d. O cumprimento da obrigação de reparar integralmente o dano ambiental (in natura ou pecuniariamente) não afasta a obrigação de indenizar os danos ambientais interinos, entendidos como aqueles que ocorrem entre o momento da lesão ambiental em si e o momento da reparação integral.
- e. Não é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais sem a persecução penal concomitante da pessoa física que a represente, pois, nesta temática, aplica-se a Teoria da Dupla Imputação.

A resposta correta é: O cumprimento da obrigação de reparar integralmente o dano ambiental (in natura ou pecuniariamente) não afasta a obrigação de indenizar os danos ambientais interinos, entendidos como aqueles que ocorrem entre o momento da lesão ambiental em si e o momento da reparação integral.

Questão 28

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a matéria ambiental na constituição federal de 1988, assinale a assertiva incorreta:

- a. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- b. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c. A ordem econômica tem, como um de seus princípios, a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- d. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- e. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se exclusivamente ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A resposta correta é: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se exclusivamente ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Questão 29

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

A Emenda Constitucional nº 45/2004 incluiu no texto da Constituição Federal o incidente de deslocamento de competência (IDC) para a justiça federal, nas hipóteses de graves violações de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte. Sobre tal instituto, assinale a assertiva correta:



- a. O IDC é suscitado pelo Presidente da República.
- b. O IDC é suscitado perante o Supremo Tribunal Federal.
- c. O IDC somente pode ser suscitado durante o processo, não sendo cabível na fase de inquérito.
- d. Recentemente, o IDC foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- e. A jurisprudência criou um requisito adicional para que haja o deslocamento da competência para a Justiça Federal: incapacidade - oriunda de inércia, omissão, ineficácia, negligência, falta de vontade política, de condições pessoais e/ou materiais etc. - de o Estado-Membro, por suas instituições e autoridades, levar a cabo, em toda a sua extensão, a persecução penal.

A resposta correta é: A jurisprudência criou um requisito adicional para que haja o deslocamento da competência para a Justiça Federal: incapacidade - oriunda de inércia, omissão, ineficácia, negligência, falta de vontade política, de condições pessoais e/ou materiais etc. - de o Estado-Membro, por suas instituições e autoridades, levar a cabo, em toda a sua extensão, a persecução penal.

Questão 30

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei nº 11.340/06 e as formas de violência contra a mulher, analise as afirmações a seguir e, em sequência, assinale a assertiva que contém a combinação correta:

I – Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

II - Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

III - Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

IV - Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

V - Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas II e III estão corretas.
- c. Apenas I, IV e V estão corretas.
- d. Todas estão corretas.
- e. Todas estão incorretas.



A resposta correta é: Todas estão corretas.

JUSTIFICATIVAS – PROVA DE GRADUAÇÃO
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. Sobre a Lei de Improbidade...

GABARITO: B

JUSTIFICATIVA:

Assertiva A: arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/1992.

Assertiva B: Difere da previsão do art. 12 da Lei 8.429/1992.

Assertiva C: art. 7º da Lei 8.429/1992.

Assertiva D: art. 1º, §1º da Lei 8.429/1992.

Assertiva E: art. 1º, §3º da Lei 8.429/1992.

2. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta...

GABARITO: C

JUSTIFICATIVA:

Assertiva A: art. 1º, §6º da Lei 8.429/1992.

Assertiva B: art. 2º da Lei 8.429/1992.

Assertiva C: Primeira parte correta, parte final errada (art. 2º da Lei 8.429/1992).

Assertiva D: art. 3º da Lei 8.429/1992.

Assertiva E: art. 23 da Lei 8.429/1992.

3. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta...

GABARITO: E

JUSTIFICATIVA:

Assertiva A: art. 21, II da Lei 8.429/1992.

Assertiva B: art. 11, §4º da Lei 8.429/1992.

Assertiva C: art. 14 da Lei 8.429/1992.

Assertiva D: art. 23, §4º e incisos, Lei 8.429/1992.

Assertiva E: art. 20 Lei 8.429/1992.

DIREITO CONSTITUCIONAL

4. O Ministério Público Federal é instituição permanente...

GABARITO: C

JUSTIFICATIVA

As demais alternativas estão em conformidade com a CRFB. a) art. 127, §1.

b) art. 128.

c) art. 128, §2

d) art.129

e) art. 129, §2 e 3º.

5. Assinale a alternativa correta no que tange o direito dos povos...

GABARITO: D

Justificativa:

Tratam-se de alternativas literais da CRFB.

a) art. 231, CRFB

b) art. 231, §3, CRFB

c) art. 231, §4, CRFB

d) art. 232, CRFB

e) art. 68, ADCT

6. Assinale a alternativa incorreta...

GABARITO: D

Justificativa:

Literalidade da CRFB

a) art. 136, CRFB

b) art. 137, CRFB

c) art. 140 e 141, CRFB

d) art. 136, §3, CRFB

e) art. 136, §4, CRFB

7. Sobre as teses de repercussão geral...

GABARITO: A

Justificativa:

- a) RG 1190 RE 1282553
- b) RG 1015 RE 886131
- c) RG 698 RE 684612
- d) RG 262 RE 605533
- e) RG 187 RE 593727

DIREITO ADMINISTRATIVO

8. De acordo com a previsão legal, são elementos...

GABARITO: B

Justificativa:

Os elementos dos atos administrativos estão previstos no artigo 2º da Lei da Ação Popular (Lei n.º 4.717/1965) e são 05 (cinco), a saber: (a) competência; (b) forma; (c) objeto; (d) motivo e (e) finalidade. As alternativas A, C, D e E estão em consonância com a dicção legal, ao passo que a alternativa B não corresponde a elemento dos atos administrativos, mas, sim, componente que integra o elemento “forma”. Como destaca a doutrina, os motivos são as razões de fato e de direito que dão ensejo à prática do ato, isto é, a situação fática que precipita a edição do ato administrativo. Nesse compasso, não se deve confundir motivo, enquanto elemento formativo dos atos administrativos, com a motivação. Esta é somente a exposição dos motivos do ato, ou seja, a fundamentação do ato administrativo, estabelecendo a correlação lógica entre a situação descrita em lei e os fatos efetivamente ocorridos. A explicitação dos motivos integra a “formalização do ato” e é feita pela autoridade administrativa. Sendo assim, pode-se estabelecer que o ato praticado sem a motivação devida contém um vício no elemento forma (CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo, 10. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2022, p. 280-301). Lições similares podem ser colhidas, dentre outras, das doutrinas de Rafael Carvalho Rezende de Oliveira, para quem “enquanto o motivo é elemento do ato administrativo, a motivação configura requisito de forma do ato administrativo” (OLIVEIRA, Rafael carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 7. ed. São Paulo: Método, 2019, p. 325) e Maria Sylvia Zanella Di Pietro (DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 487 – ebook).

9. Sobre a administração pública indireta...

GABARITO: A

Justificativa:

De acordo com o artigo 3º da Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/2016), a “Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios”. Portanto, a alternativa A, ao afirmar que empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, está incorreta.

A alternativa B está em conformidade com o artigo 4º da Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/2016).

A alternativa C está em conformidade com o 5º, inciso I, do Decreto-Lei n.º 200/1967.

A alternativa D está em conformidade com o artigo 5º, inciso IV do Decreto-Lei n.º 200/1967, com a doutrina e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, as quais consideram que as fundações públicas podem ostentar natureza jurídica de direito público (autarquias fundacionais, que são criadas por lei) ou de direito privado (fundações governamentais, que têm sua criação autorizada por lei e são submetidas a regime majoritariamente privado, com as derrogações inerentes ao direito público). O STF, na ADI n.º 4.197/SE (j. 01.03.2023), decidiu que o artigo 5º, inciso IV do Decreto Lei n.º 200/1967 foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 com eficácia de lei complementar. A reafirmação da dicotomia entre fundações públicas de direito público (fundações autárquicas) e fundações públicas de direito privado (fundações governamentais) foi reafirmada pelo STF no julgamento do RE 716.378/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 1º e 7.8.2019. O STJ segue o mesmo entendimento, conforme se depreende do REsp 1.409.199/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 10.03.2020.

A alternativa E está correta, eis que o STF disse exatamente que “A OAB não é uma entidade da Administração Indireta da União. A Ordem é um serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro” (STF. Plenário. ADI 3026, Rel. Min. Eros Grau, julgado em 08.06.2006). Recentemente, também decidiu que “A OAB não é uma entidade da Administração Indireta, tal como as autarquias, porquanto não se sujeita a controle hierárquico ou ministerial da Administração Pública, nem a qualquer das suas partes está vinculada” (STF. Plenário. RE 405267, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 06/09/2018).

10. Sobre a responsabilidade civil...

GABARITO: D

Justificativa:

A alternativa A está incorreta, pois o artigo 37, § 6º, da Constituição assegura o direito de regresso dos entes públicos e privados prestadores de serviços públicos contra os agentes responsáveis pelos danos causados, em casos de dolo e culpa. A dicção constitucional é a seguinte: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de

serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A alternativa B está incorreta, haja vista que exclui a responsabilidade civil do estado decorrente de excesso de execução, contrariando frontalmente o artigo 5º, inciso LXXV, da Constituição, que ostenta a seguinte redação: o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

A alternativa C está incorreta, na medida em que não reproduz com fidelidade o artigo 21, inciso XXIII, alínea 'd' da Constituição, ao afirmar que a responsabilidade civil do estado por danos nucleares depende da existência de culpa. Isso porque, de acordo com a determinação constitucional, a "a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa".

A alternativa D está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para quem "nos danos ambientais, incide a teoria do risco integral, advindo daí o caráter objetivo da responsabilidade, com expressa previsão constitucional (art. 225, § 3º, da CF) e legal (art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981), sendo, por conseguinte, descabida a alegação de excludentes de responsabilidade, bastando, para tanto, a ocorrência de resultado prejudicial ao homem e ao ambiente advindo de uma ação ou omissão do responsável" (AgInt no AREsp n. 1.515.490/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe de 4/2/2020).

A alternativa E está incorreta, eis que é pacífico na doutrina que as causas excludentes de responsabilidade comumente apresentadas integral rol meramente exemplificativo (por todos, ver as obras de CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo, 10. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2022, p. 382 e MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2018, p. 1.050). Além do mais, a assertiva deixou de mencionar, propositalmente, a culpa exclusiva da vítima e o fato exclusivo de terceiro, que também rompem onexo causal e afastam o dever de indenizar.

11. Sobre o regime jurídico administrativo...

GABARITO: A

Justificativa:

A alternativa A está incorreta porque apresenta equívoco quanto à impossibilidade de anulação ex officio dos atos administrativos pela própria administração. Isso porque a anulação de atos ilegais é verdadeiro poder-dever da administração pública, que não pode deixar de efetivar a retirada de determinado ato administrativo que apresenta desconformidade com o ordenamento jurídico, ainda que não tenha sido provocada para que o faça.

Em suma, a administração deve anular os atos ilegais, podendo, também, o Poder Judiciário ser provocado para que declare a nulidade de ato administrativo que desborde do ordenamento – é a possibilidade do judicial review decorrente da inafastabilidade do controle jurisdicional (artigo 5º, XXXV, da Constituição: a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito).

O entendimento também está cristalizado nas Súmulas n.º 346 ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473 ("A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"), ambas do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa B está correta, pois concordante com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "Não é privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na Administração Pública: leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade do art. 37, caput, da Constituição da República, que, ademais, têm aplicabilidade imediata, ou seja, independente de lei" (RE 570392, Relatora: Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 11-12-2014, DJe 18-02-2015).

A alternativa C está correta, considerando que reproduz, *ipsis litteris*, o artigo 37, § 1º, da Constituição: A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

A alternativa D está correta e foi extraída, com modificações vernaculares pontuais, da obra de Maria Sylvania Zanella Di Pietro (DI PIETRO. Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 250 – ebook). Para a autora, "O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público".

A alternativa E está correta e foi extraída, com modificações vernaculares pontuais, da obra de Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 194 – ebook). Segundo o autor, "A legalidade está abrangida na concepção de democracia republicana. Significa a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição),⁷⁸ de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".

DIREITO PENAL

12. Considerando-se a jurisprudência do STJ...

GABARITO: E

Justificativa:

a) STJ. 3ª Seção. REsp 2.048.422-MG, REsp 2.048.645-MG e REsp 2.048.440-MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgados em 22/11/2023 (Recurso Repetitivo – Tema 1206) (Info 796).

b) STJ. 3ª Seção. Súmula 659. Aprovada em 13/9/2023.

c) STJ. 3ª Seção. REsp 1.982.304-SP, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 17/10/2023 (Recurso Repetitivo – Tema 1166) (Info 792)

d) STJ. Corte Especial. APn 989-DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/02/2022 (Info 726).

e) STJ. 5ª Turma. HC 487.962-SC, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 28/05/2019 (Info 650).

O crime de embaraçar investigação previsto na Lei do Crime Organizado não é restrito à fase de inquérito, podendo consumir-se também durante a ação penal.

13. Para aplicar golpes, Mévio...

GABARITO: B

Justificativa:

Mévio adulterou um documento que originalmente era verdadeiro, logo, praticou o crime de falsidade material (art. 298, CP), no qual o agente falsifica o documento em si, ou seja, o altera fisicamente. Ao ludibriar Tício, Mévio consumou o crime de estelionato (art. 171), que, na espécie, não tem o condão de absorver o crime de falsidade material, nos termos da Súmula 17 do STJ, uma vez que a potencialidade lesiva do bilhete adulterado não foi exaurida, tanto que poderia ter sido utilizado novamente em prejuízo de Caio

14. NÃO é hipótese de exclusão...

GABARITO: A

Justificativa:

Art. 23 do Código Penal. A menoridade penal não é excludente de ilicitude, mas sim de imputabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

15. Sobre sistemas processuais penais...

GABARITO: E

Justificativa:

A alternativa E é a única correta. Hoje, o direito à não autoincriminação está explícito em alguns tratados internacionais sobre direitos humanos (Ex.: CADH e PIDCP). Todavia, antes mesmo da ratificação desses tratados, a doutrina e a jurisprudência já eram pacíficas no sentido de que o direito à não autoincriminação está implícito no direito constitucional ao silêncio. Assim, é possível atribuir ao direito à não autoincriminação o status de norma de hierarquia constitucional (além de convencional). No tocante à reprodução simulada dos fatos, o STF, há longa data, perfilha o entendimento de que não é possível obrigar o

investigado/acusado a participar deste meio de prova (STF, HC 69.026, Rel. Min. Celso de Mello, 1ª Turma, j. 10.12.1991).

16. No processo penal, o Procurador...

GABARITO: E

Justificativa:

A questão busca avaliar de forma ampla o conhecimento do candidato acerca do papel desempenhado pelo Ministério Público Federal no processo penal. Nas alternativas "a", "b", "c" e "d", foram inseridas uma ou mais funções que não são desempenhadas pelo MPF ou que o são de modo diverso. A assertiva "E" é a única que contempla funções que o MPF pode desenvolver no processo penal. Interessante observar que a "E", alternativa correta, retrata apenas postulações ministeriais favoráveis à pessoa condenada. Ainda que não seja usual na praxe forense, não há qualquer controvérsia doutrinária ou jurisprudencial com relação às atividades descritas na alternativa. Nos dizeres de Paulo de Souza Queiroz, Subprocurador-Geral da República e Professor, "O Ministério Público não é órgão de acusação, mas órgão legitimado à acusação." O candidato deve demonstrar conhecimento de que, diante de um contexto probatório desfavorável para a acusação ou para a privação cautelar da liberdade, é dever do MPF postular pela correta aplicação das normas jurídicas, inclusive em favor do réu. Desse modo, além de avaliar o conhecimento do candidato sobre as funções ministeriais no processo penal, pretende-se verificar qual é a visão que tem sobre o Ministério Público Federal: mero órgão acusador (visão pré-constitucional e ultrapassada) ou defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127 da CF).

17. Com relação à competência...

GABARITO: C

Justificativa:

A alternativa C é a única correta e corresponde ao disposto no artigo 4º, §14, da Lei nº 12.850/2013.

DIREITO CIVIL

18. Acerca das Pessoas Jurídicas...

GABARITO: A

Justificativa:

Imagine que um particular profere palavras ofensivas contra a administração pública. A pessoa jurídica de direito público terá direito à indenização por danos morais sob a alegação de que sofreu violação da sua honra ou imagem? NÃO. Em regra, pessoa jurídica

de direito público não pode pleitear, contra particular, indenização por dano moral relacionado à violação da honra ou da imagem. Nesse sentido: REsp 1.258.389/PB, REsp 1.505.923/PR e AgInt no REsp 1.653.783/SP. Suponha, contudo, que uma autarquia foi vítima de grande esquema criminoso que desviou vultosa quantia e gerou grande repercussão na imprensa, acarretando descrédito em sua credibilidade institucional.

Neste caso, os particulares envolvidos poderiam ser condenados a pagar indenização por danos morais à autarquia? SIM. Pessoa jurídica de direito público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem, quando a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral for evidente. Nos três julgados acima mencionados nos quais o STJ negou direito à indenização, o que estava em jogo era a livre manifestação do pensamento, a liberdade de crítica dos cidadãos ou o uso indevido de bem imaterial do ente público.

No caso concreto é diferente. A indenização está sendo pleiteada em razão da violação à credibilidade institucional da autarquia que foi fortemente agredida em razão de crimes praticados contra ela. STJ. 2ª Turma. REsp 1722423-RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 24/11/2020 (Info 684).

Fonte:

<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/168411596e4c04bb30eaf83>

19. O Código Civil preconiza...

GABARITO: D

Justificativa:

A resposta se fundamenta a partir da leitura do art. 50 do CC, de sorte que a desconsideração da personalidade jurídica não pode ser determinada de ofício pelo juiz, precisando ser provocada pelo interessado ou pelo Ministério Público. Inclusive, o NCPC prevê um incidente de desconsideração da personalidade jurídica nos arts. 133 a 137.

20. Acerca da posse e propriedade...

GABARITO: C

Justificativa:

A resposta exige o conhecimento da Súmula 637 do STJ, que preconiza que "O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio." O item "c" é a alternativa incorreta, pois o final da assertiva afirma que o ente público ente público não poderá alegar, como matéria defensiva, o domínio da coisa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Durante ação indenizatória...

GABARITO: A

Justificativa:

A verificação da ausência de uma das condições da ação, qual seja, a legitimidade ad causam levaria, em tese, à extinção sem resolução do mérito da ação. Entretanto, por força da adoção da teoria da asserção, em se tratando de processo já em fase de julgamento (portanto com instrução finalizada) é o caso de prolação de sentença meritória

22. Pedro ajuizou ação contra ...

GABARITO: A

Justificativa:

Não há contraditória na remessa necessária.

DIREITO DO CONSUMIDOR

23. Com base no Código de ...

GABARITO C

Justificativa:

O CDC define como consumidor a pessoa física ou jurídica que adquire bem ou serviço como destinatário final (artigo 2º), razão pela qual é relevante a destinação conferida (o consumidor é o destinatário econômico do produto ou serviço, e não apenas o destinatário fático). Com base em tais premissas, distinguem-se as relações consumeristas daquelas destinadas ao insumo de atividades produtivas.

Assertiva "a" - Correta, conforme artigos 12 e 14 do CDC.

Assertiva "b" - Súmula 601 do STJ: 'O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviços públicos'.

Assertiva "d" - Entendimento do STJ firmado no RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.830 - RS, acompanhado pela doutrina consumerista.

Assertiva "e" - Súmula 297 do STJ.

24. Sobre o sistema consumerista...

GABARITO: E

Justificativa:

Com base no artigo 20 da Lei 12.529/2011, o Procurador-Geral da República indicará membro do Ministério Público Federal para, nesta qualidade, emitir parecer, nos processos administrativos para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica, de ofício ou a requerimento do Conselheiro-Relator. Na prática administrativa do CADE, a atuação do MPF é ainda mais ampla que aquela extraída da literalidade da lei.

Assertiva "a" - O CDC adota a teoria da base objetiva dos contratos, dispensando a imprevisibilidade ou extraordinariedade (requisitos exigidos no Código Civil), desde que haja alteração da realidade contratual.

Assertiva "b" - Segunda a doutrina econômica, a atuação do Estado no Domínio econômico pode ocorrer por meio da atuação empresarial (intervenção direta) ou da atividade regulatória (intervenção indireta).

Assertiva "c" - Artigos 170 e 185 da Constituição Federal

Assertiva "d" - Artigo 1º, parágrafo único, da Lei 12.529/2011

DIREITO ELEITORAL

25. Sobre os direitos políticos dos povos indígenas...

GABARITO: D

Justificativa:

a - errada - não é obrigatória a distinção entre aldeado e não aldeados.

b- não é necessária a fluência.

c- não é necessária a fluência.

d- correta.

e- há direito a cotas.

26. Sobre a organização da Justiça Eleitoral...

GABARITO: D

Justificativa:

a- não é ramo, é função.

b - são promotores de justiça.

c- podem ser procuradores da república ou regionais.

d- correta.

e - não é ramo do MPU, é função exercida pelo MP.

DIREITO AMBIENTAL

27. Sobre a jurisprudência do superior tribunal de justiça em direito ambiental...

GABARITO: D

Justificativa:

As respostas encontram-se na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

Assertiva A: STJ. Súmula n. 467, Primeira Seção, julgado em 13/10/2010, DJe de 25/10/2010.

Assertiva B: Edição N. 30 da Jurisprudência em Teses do STJ - Tese 1.

Assertiva C: Edição N. 217 da Jurisprudência em Teses do STJ - Tese 1.

Assertiva D: STJ. 2ª Turma. REsp 1.845.200-SC, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 16/8/2022 (Informativo de Jurisprudência Edição Especial 8).

Assertiva E: Edição N. 216 da Jurisprudência em Teses do STJ - Tese 7.

28. Sobre a matéria ambiental na constituição...

GABARITO: E

Justificativa:

As respostas encontram-se no texto da Constituição Federal de 1988.

Assertiva A: A assertiva corresponde ao teor do art. 23, VI, da CF/88.

Assertiva B: A assertiva corresponde ao teor do art. 24, VI, da CF/88.

Assertiva C: A assertiva corresponde ao teor do art. 170, VI, da CF/88.

Assertiva D: A assertiva corresponde ao teor do art. 225, § 2º, da CF/88.

Assertiva E: A assertiva contraria o teor do art. 225, caput, da CF/88.

DIREITOS DIFUSOS

29. A emenda constitucional nº 45/2004...

GABARITO: E

Justificativa:

A questão trata do instituto do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), inserido na CF/88 pela EC nº 45/2004. As respostas das assertivas A, B e C podem ser extraídas do teor do art. 109, § 5º, da CF/88. A assertiva D, de sua vez, pode ser respondida a partir do Informativo 1107 do STF. A Corte assentou a constitucionalidade do art. 109, § 5º, da CF/88 (ADI 3486, Relator: Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 11-09-2023. ADI 3493, Relator: Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 11-09-2023). Sobre a assertiva E, de fato, a jurisprudência do STJ criou tal requisito para o IDC (IDC n. 1/PA, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, julgado em 8/6/2005, DJ de 10/10/2005, p. 217.)

30. Sobre a lei nº 11.340/06 e as formas de violência...

GABARITO: D

Justificativa:

A questão pode ser integralmente respondida a partir da leitura do art. 7º da Lei nº 11.340/2006.

Iniciado em	terça-feira, 26 mar. 2024, 12:49
Estado	Finalizada
Concluída em	terça-feira, 26 mar. 2024, 12:51
Tempo empregado	2 minutos 44 segundos
Avaliar	0,00 de um máximo de 35,00(0%)

Questão 1

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. São tipos de ato de improbidade administrativa: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública.
- b. A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.
- c. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público.
- d. A existência de uma Lei de Improbidade Administrativa não impede que outras condutas de improbidade sejam previstas em outras leis.
- e. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

A resposta correta é: A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.



Questão 2

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. É possível que, em determinadas hipóteses, ato praticado contra o patrimônio de entidade privada possa ser enquadrado como improbidade administrativa.
- b. O fato de uma função ser exercida de modo transitório não impede que uma pessoa seja considerada agente público para fins da Lei de Improbidade Administrativa.
- c. Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.
- d. A Lei de Improbidade Administrativa por vezes poderá ser aplicada inclusive a pessoas que não são agentes públicos, como nos casos em que tal pessoa induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- e. A ação para aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 anos.

A resposta correta é: Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.

Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta:

- a. Caso o Tribunal de Contas aprove as contas de determinado órgão administrativo, estará afastada, por presunção absoluta, a possibilidade de caracterização de ato de improbidade administrativa.
- b. Se não for comprovado efetivo dano ao patrimônio público, ou seja, efetivo prejuízo quantificável, não poderá ser caracterizado ato de improbidade administrativa.
- c. Apenas o rol de legitimados na Lei de Improbidade Administrativa podem oferecer representação narrando possível ato de improbidade.
- d. O prazo de prescrição de 8 anos, contado da data do conhecimento do fato pelo Estado, não se interrompe em nenhuma hipótese.
- e. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A resposta correta é: A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a assertiva incorreta:

- a. É inconstitucional a lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realizar exames de DNA comparativo em caso de dúvida.
- b. É compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
- c. É necessário que a União e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) executem e implementem atividade de proteção territorial nas terras indígenas, independentemente de sua homologação.
- d. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local.
- e. É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.



A resposta correta é: É compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre as disposições da Constituição Federal de 1988 e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias acerca dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, assinale a assertiva incorreta:

- a. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.
- b. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- c. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- d. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua propriedade permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- e. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

A resposta correta é: As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua propriedade permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Questão 6

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



São direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988, exceto:

- a. O direito à propriedade.
- b. O direito à proteção dos dados pessoais.
- c. O direito à felicidade.
- d. O direito à vida.
- e. O direito à igualdade.

A resposta correta é: O direito à felicidade.

Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o Ministério Público brasileiro, assinale a assertiva incorreta:

- a. O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b. Dentre as funções institucionais do Ministério Público está a de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- c. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- e. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

A resposta correta é: O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

Questão 8

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a assertiva incorreta:

- a. Há um estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, responsável pela violação massiva de direitos fundamentais dos presos, o que demanda a atuação cooperativa das diversas autoridades, instituições e comunidade para a construção de uma solução satisfatória.
- b. É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta.
- c. É inconstitucional norma estadual que, a pretexto de legislar sobre os direitos das pessoas com deficiência (PcD), restringe o conceito de PcD estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como contraria regras gerais sobre o tema previstas na lei federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- d. É exigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual necessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes.
- e. Os prazos da licença-adoptante não podem ser inferiores aos prazos da licença-gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações.



A resposta correta é: É exigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual necessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes.

Questão 9

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o poder de polícia, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a. O exercício do poder de polícia e a autoexecutoriedade dos atos administrativos não impedem a administração pública de ingressar em juízo buscando chancela para a prática de ato que poderia ser efetivado pelo ente público independentemente de ordem emanada pelo Poder Judiciário.
- b. O IBAMA possui o dever-poder de fiscalizar e exercer poder de polícia diante de qualquer atividade que ponha em risco o meio ambiente, apesar de a competência para o licenciamento ser de outro órgão público. É que, à luz da legislação, a competência para licenciar não se confunde com a competência para fiscalizar.
- c. É inconstitucional a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado que façam parte da administração pública indireta dos entes federativos.
- d. É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- e. As autarquias profissionais detêm poder de polícia para fiscalizar as profissões regulamentadas, inclusive no que diz respeito à cobrança das anuidades respectivas e à aplicação de eventuais sanções por descumprimento às normas relativas aos regimes jurídicos pertinentes a essas profissões.

A resposta correta é: É inconstitucional a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado que façam parte da administração pública indireta dos entes federativos.

Questão 10

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre a intervenção do estado na propriedade, assinale a alternativa correta:

- a. Ainda que ausente tombamento sobre determinado bem, o Ministério Público Federal pode atuar com a finalidade de preservá-lo e, inclusive, pode ajuizar ação civil pública para que o Poder Judiciário declare o seu valor cultural.
- b. Compete à União, aos Estados e aos Municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- c. Não é possível que Municípios e Estados tombem bens da União, considerando a incidência do princípio da hierarquia federativa.
- d. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sendo descabida indenização ulterior, mesmo que haja dano, ante a aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- e. Não é possível que o Poder Legislativo, mediante lei, determine o tombamento de bem que possua valor histórico e cultural, tendo em vista que o tombamento é instituto de exercício privativo do Poder Executivo, que o implementa pela via do processo administrativo.

A resposta correta é: Ainda que ausente tombamento sobre determinado bem, o Ministério Público Federal pode atuar com a finalidade de preservá-lo e, inclusive, pode ajuizar ação civil pública para que o Poder Judiciário declare o seu valor cultural.

Questão 11

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
- b. As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são bens públicos dominicais da União.
- c. As terras devolutas não compreendidas entre as da União pertencem aos Estados.
- d. A desafetação torna o bem público passível de alienação, nas condições previstas em lei.
- e. Os bens públicos não podem ser penhorados em juízo para a garantia de execução por quantia certa contra a fazenda pública, devendo ser observada a sistemática constitucional dos precatórios.

A resposta correta é: As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são bens públicos dominicais da União.

Questão 12

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o controle da administração pública, assinale a alternativa correta:

- a. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Senado Federal, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- b. O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União e a qualquer outra entidade externa.
- c. O Tribunal de Contas da União pode determinar a desconsideração da personalidade jurídica, de forma a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao patrimônio público, desde que respeitadas as garantias do devido processo administrativo.
- d. As decisões do Tribunal de Contas da União que resultem imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
- e. O Tribunal de Contas da União julga as contas apresentadas pelo Presidente da República.

A resposta correta é: O Tribunal de Contas da União pode determinar a desconsideração da personalidade jurídica, de forma a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao patrimônio público, desde que respeitadas as garantias do devido processo administrativo.

Questão 13

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Em 2024, João foi condenado definitivamente por crime de furto praticado em 2022. Considerando que o salário-mínimo, em 2024 e 2022, corresponde respectivamente a R\$ 1.412,00 e R\$ 1.212,00, o valor máximo da pena de multa que poderia ter sido imputada a João, desconsiderando a incidência de consectários legais, equivale a:

- a. R\$ 436.320,00
- b. R\$ 2.181.600,00
- c. R\$ 2.541.600,00
- d. R\$ 6.544.800,00
- e. R\$ 7.624.800,00

A resposta correta é: R\$ 6.544.800,00

Questão 14

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

A fim de dar cumprimento à mandado de busca e apreensão, a Polícia Federal adentrou no domicílio de Maria. Inconformada com o ingresso em sua residência, Maria, com animus necandi, disparou arma de fogo contra o policial Pedro. Contudo, em razão da inabilidade de Maria, Pedro não foi atingido, tendo o projétil alvejado superficialmente o policial Carlos, o qual sofreu apenas uma escoriação, classificada como lesão corporal leve. Nessa situação, Maria responderá por:

- a. lesão corporal leve culposa.
- b. lesão corporal leve dolosa.
- c. homicídio doloso tentado em concurso formal com lesão corporal culposa.
- d. homicídio culposo tentado em concurso formal com lesão corporal dolosa.
- e. homicídio doloso tentado.



A resposta correta é: homicídio doloso tentado.

Questão 15

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Márcia, servidora da Receita Federal, prestou auxílio a Felipe, quando este tentava ingressar no Brasil após ter adquirido 200 iPhones no Paraguai. Em decorrência da intervenção de Márcia, Felipe adentrou o território nacional sem recolher qualquer tributo. Nessa situação:

- a. Márcia pratica crime passível de suspensão condicional do processo.
- b. O crime praticado por Felipe não terá se consumado enquanto a Receita Federal não constituir definitivamente os tributos a serem recolhidos.
- c. Embora tenha praticado infração penal, caso Felipe, após o seu ingresso no Brasil, pague integralmente os valores devidos, a punibilidade será extinta.
- d. É inadmissível o reconhecimento da atipicidade material em relação a Felipe, ainda que diminuto o valor do tributo devido.
- e. Se, em vez de ingressar no Brasil, Felipe tivesse, na posse de 200 iPhones adquiridos no Brasil, deixado o território nacional sem recolher tributos, o agente não estaria sujeito à pena de multa criminal.

A resposta correta é: Se, em vez de ingressar no Brasil, Felipe tivesse, na posse de 200 iPhones adquiridos no Brasil, deixado o território nacional sem recolher tributos, o agente não estaria sujeito à pena de multa criminal.

Questão 16

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

No aeroporto de Manaus/AM, Roberta, durante procedimento de revista para ingresso na área de embarque/desembarque, foi flagrada portando 23kg de cocaína. Ao verificar o bilhete aéreo de Roberta, os agentes aeroportuários observaram que ela partira de Bogotá, capital da Colômbia, tendo como destino Curitiba/PR, com escala em Manaus/AM. Nessa situação:



- a. É o caso de incidência simultânea das majorantes da transnacionalidade e interestadualidade.
- b. A competência territorial para julgamento é da Seção Judiciária de Curitiba.
- c. Para fazer jus à regra do art. 33, §4º, da Lei 11.343/43, Roberta deverá, dentre outros requisitos, comprovar que não integra organização criminosa.
- d. É prescindível a demonstração da fundada suspeita de que Roberta portasse objetos ilícitos ou estivesse em situação flagrancial, caso os entorpecentes tenham sido apreendidos durante procedimento padrão de revista do aeroporto.
- e. Em razão do delito praticado, Roberta, caso condenada, deverá ser encaminhada a estabelecimento penitenciário federal.

A resposta correta é: É prescindível a demonstração da fundada suspeita de que Roberta portasse objetos ilícitos ou estivesse em situação flagrancial, caso os entorpecentes tenham sido apreendidos durante procedimento padrão de revista do aeroporto.

Questão 17

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe, exceto:

- a. receber a comunicação imediata da prisão, nos termos do inciso LXII do caput do art. 5º da Constituição Federal.
- b. receber a denúncia ofertada pelo Ministério Público.
- c. receber o auto da prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão, observado o disposto no art. 310.
- d. zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo.
- e. ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.

A resposta correta é: receber a denúncia ofertada pelo Ministério Público.

Questão 18

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

No que diz respeito à competência penal, assinale a alternativa incorreta.

- a. Nos casos de exclusiva ação privada, a competência será sempre do lugar da infração.
- b. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- c. Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- d. São situações de se firmar a competência pela prevenção quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, bem como quando ocorre a prática de infração continuada ou permanente, realizada em território de duas ou mais jurisdições.
- e. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

A resposta correta é: Nos casos de exclusiva ação privada, a competência será sempre do lugar da infração.

Questão 19

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Cabe recurso em sentido estrito, exceto:

- a. Da decisão que não receber a denúncia.
- b. Da decisão que julgar procedente a alegação de litispendência.
- c. Da decisão que julgar procedente a alegação de suspeição.
- d. Da decisão que pronunciar o réu.
- e. Da decisão que julgar procedente a alegação de coisa julgada.

A resposta correta é: Da decisão que julgar procedente a alegação de suspeição.

Questão 20

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

São crimes que admitem prisão temporária, exceto:

- a. homicídio culposo.
- b. sequestro ou cárcere privado.
- c. roubo.
- d. extorsão.
- e. estupro.


A resposta correta é: homicídio culposo.

Questão 21

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC):

- a. Para parcela expressiva da doutrina, pode ser classificado como negócio jurídico bilateral, formal, celebrado sob regime de Direito Público, mas com incidência de algumas normas do Direito Civil, a exemplo dos vícios de consentimento, que podem fundamentar eventual ação anulatória do TAC.
- b. É ato jurídico unilateral, formal e solene, celebrado sob regime de Direito Público, a ele não se aplicando os institutos próprios do Direito dos Contratos, como os vícios de consentimento.
- c. É passível de anulação, caso a parte prejudicada comprove ter celebrado o TAC em estado de perigo, vício de consentimento em que uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. 
- d. Pode ser celebrado mediante condição resolutiva, de modo que, enquanto esta não se verificar, o interessado não terá adquirido o direito.
- e. É negócio jurídico formal e solene. Por conseguinte, a validade do TAC está condicionada à observância da forma escrita e a eficácia se subordina à homologação pelo Poder Judiciário.

A resposta correta é: Para parcela expressiva da doutrina, pode ser classificado como negócio jurídico bilateral, formal, celebrado sob regime de Direito Público, mas com incidência de algumas normas do Direito Civil, a exemplo dos vícios de consentimento, que podem fundamentar eventual ação anulatória do TAC.

Questão 22

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

No tocante à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta:

- a. A LINDB autoriza o chamado non liquet, de modo que, havendo lacuna normativa, é lícito que o juiz julgue o processo extinto sem resolução do mérito.
- b. O artigo 5º da LINDB ("Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.") representa exceção ao princípio da legalidade.
- c. O princípio da segurança jurídica, expresso na LINDB desde a sua redação original, está expressamente consignado no artigo 30 ("As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas."). Porém, a norma acima transcrita não é aplicável ao Poder Judiciário, nem ao Ministério Público, mas somente ao Poder Executivo.
- d. O Código de Processo Civil de 2015 derogou algumas normas de Direito Internacional Privado previstas na LINDB.
- e. A LINDB veda o reenvio de segundo grau, mas permite o reenvio de primeiro grau.

A resposta correta é: O Código de Processo Civil de 2015 derogou algumas normas de Direito Internacional Privado previstas na LINDB.

Questão 23

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Assinale a alternativa que retrata o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do bem de família (Lei nº 8.009/90):

- a. É possível a penhora do bem de família do devedor solidário no contrato de locação, uma vez que o devedor solidário se equipara ao fiador.
- b. O terreno, cuja unidade habitacional ainda está em fase de construção, mesmo que para fins de residência, não pode ser considerado bem de família.
- c. É válida a penhora do bem de família do fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial ou comercial.
- d. O fato de o devedor ter dado o imóvel em garantia representa uma renúncia à impenhorabilidade do bem de família.
- e. O STJ pacificou o entendimento de que é possível a penhora de bem de família adquirido com o produto do crime ou para a execução de sentença penal condenatória (ressarcimento, indenização ou perdimento de bens), mesmo antes do trânsito em julgado.

A resposta correta é: É válida a penhora do bem de família do fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial ou comercial.



Questão 24

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Em relação ao microsistema processual coletivo, em conformidade com a legislação nacional e o entendimento jurisprudencial, marque a alternativa errada:

- a. A tutela coletiva de direitos abrange interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- b. O processo coletivo é aquele que versa sobre uma situação jurídica coletiva, desde que haja multiplicidade de partes nos polos processuais.
- c. O microsistema processual coletivo admite a adoção de técnicas conciliatórias e a elaboração de negócios jurídicos, mas o órgão do Ministério Público não pode fazer concessões que impliquem renúncia aos direitos ou interesses discutidos.
- d. Em regra, a sentença coletiva só produz efeitos na esfera individual se for procedente.
- e. A relação entre o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) e o microsistema de tutela coletiva de direitos configura um diálogo de dupla via, pois há uma influência recíproca entre os referidos ramos processuais.

A resposta correta é: O processo coletivo é aquele que versa sobre uma situação jurídica coletiva, desde que haja multiplicidade de partes nos polos processuais.

Questão 25

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca da competência cível da Justiça Federal e da atuação do Ministério Público Federal, identifique a alternativa incorreta:

- a. A natureza da competência da Justiça Federal é constitucional e taxativa (artigo 109 da CF/1988), não admitindo extensão pela via infraconstitucional.
- b. As ações propostas pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Estadual (em regime de litisconsórcio) deverão ser ajuizadas na Justiça Federal, com base no artigo 109, I, da CF/1988;
- c. A presença da União em um dos polos da relação processual atrai a competência da Justiça Federal e impõe a intervenção do Ministério Público Federal como fiscal da ordem jurídica.
- d. As demandas propostas em face da União poderão ser ajuizadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda, ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.
- e. A Emenda Constitucional 45/2004 introduziu no texto constitucional o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) para a Justiça Federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, cabendo ao Procurador-Geral da República suscitar o expediente.

A resposta correta é: A presença da União em um dos polos da relação processual atrai a competência da Justiça Federal e impõe a intervenção do Ministério Público Federal como fiscal da ordem jurídica.

Questão 26

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Considerando o princípio do acesso à justiça/jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88) e as disposições do Código de Processo Civil, marque a alternativa incorreta:

- a. Nos casos em que haja ameaça ou iminência de ato ilícito, o ordenamento jurídico brasileiro admite o ajuizamento de demanda de cunho inibitório, independentemente da existência de um dano pretérito.
- b. A tutela provisória configura um mecanismo para redistribuição do ônus do tempo entre as partes de uma relação processual, podendo ser fundamentada na urgência ou na evidência.
- c. A tutela provisória de evidência tem como requisitos a probabilidade do direito e o perigo da demora.
- d. Nos casos em que for impossível ou excessivamente onerosa a demonstração de determinado fato, o CPC/2015 autoriza a distribuição dinâmica do ônus probatório.
- e. Em ação para fornecimento de medicamentos, o Juízo pode determinar o bloqueio e sequestro de verbas públicas em caso de descumprimento da decisão.

A resposta correta é: A tutela provisória de evidência tem como requisitos a probabilidade do direito e o perigo da demora.

Questão 27

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), na jurisprudência dos Tribunais Superiores e nas funções institucionais do Ministério Público (artigos 127 e 129 da Constituição), assinale a alternativa errada:

- a. O CDC adota, em regra, um modelo de responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores pelos danos causados aos consumidores.
- b. O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.
- c. O conceito de consumidor abrange qualquer pessoa física ou jurídica que adquira produto ou serviço, sendo irrelevante a destinação que for dada ao produto ou serviço.
- d. O fato de o serviço prestado ser gratuito não exclui, por si só, a relação de consumo, pois a expressão “mediante remuneração”, contido no art. 3º, § 2º, do CDC, deve ser interpretada de forma ampla, de modo a incluir o ganho indireto do fornecedor.
- e. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.



A resposta correta é: O conceito de consumidor abrange qualquer pessoa física ou jurídica que adquira produto ou serviço, sendo irrelevante a destinação que for dada ao produto ou serviço.

Questão 28

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o sistema consumerista e a ordem econômica (artigo 170 da Constituição Federal), indique a assertiva incorreta:

- a. Os requisitos para a revisão dos contratos de consumo são menos rígidos que aqueles firmados na seara cível, visto que o CDC presume a vulnerabilidade do consumidor.
- b. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) autoriza que o Estado atue na ordem econômica de forma direta (atuação empresarial do Estado) e indireta (atuação regulatória), buscando compatibilizar o postulado da livre iniciativa com a intervenção social em matérias essenciais.
- c. A função social da propriedade, adotada pela Constituição Federal como princípio da ordem econômica, fundamenta a impossibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária dos imóveis rurais considerados produtivos.
- d. A Lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, atribui a titularidade dos bens protegidos pelo SBDC à coletividade.
- e. No Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a atuação do Ministério Público Federal restringe-se ao envio de comunicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a prática de possíveis infrações contra a ordem econômica, não havendo previsão legal de manifestação do MPF nos processos administrativos que tramitam perante a autarquia.

A resposta correta é: No Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a atuação do Ministério Público Federal restringe-se ao envio de comunicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a prática de possíveis infrações contra a ordem econômica, não havendo previsão legal de manifestação do MPF nos processos administrativos que tramitam perante a autarquia.

Questão 29

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre o direito eleitoral na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta:

- a. A cassação de direitos políticos é excepcional, ocorrendo nas hipóteses taxativamente previstas na Constituição Federal de 1988, como no caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- b. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições proporcionais, vedada a sua celebração nas eleições majoritárias.
- c. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, pela Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou uso indevido dos meios de comunicação social.
- d. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.
- e. A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

A resposta correta é: A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Questão 30

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria eleitoral, assinale a assertiva incorreta:

- a. É permitida a realização de "showmícios" em campanha eleitoral.
- b. A ausência do título de eleitor no momento da votação não constitui, por si só, óbice ao exercício do sufrágio.
- c. É válido o cancelamento do título do eleitor que, convocado por edital, não comparecer ao processo de revisão eleitoral.
- d. O instituto da "candidatura nata" é incompatível com a Constituição Federal de 1988.
- e. A perda do mandato em razão de infidelidade partidária não se aplica a cargos eletivos majoritários.

A resposta correta é: É permitida a realização de "showmícios" em campanha eleitoral.

Questão 31

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Maristela, administradora do zoológico Bicho Feliz, deseja obter a prorrogação da licença ambiental do precitado empreendimento, razão pela qual formalizou o seu pleito perante o órgão ambiental XYZ. Nessa situação:

- a. Maristela poderá dar continuidade ao funcionamento do zoológico Bicho Feliz enquanto não houver manifestação conclusiva do órgão ambiental XYZ.
- b. A competência licenciadora do órgão ambiental XYZ impede que outros integrantes do SISNAMA fiscalizem o zoológico Bicho Feliz.
- c. Caso o zoológico Bicho Feliz sofra condenação criminal por ilícito ambiental, a extinção da pessoa jurídica, sem a constatação de fraude, ocasionará a extinção da punibilidade.
- d. Na seara ambiental, a responsabilidade penal do zoológico Bicho Feliz, diferentemente da responsabilidade civil e administrativa, possui caráter subjetivo.
- e. Eventual oferecimento de denúncia contra o zoológico Bicho Feliz deverá também incluir Maristela no polo passivo.

A resposta correta é: Caso o zoológico Bicho Feliz sofra condenação criminal por ilícito ambiental, a extinção da pessoa jurídica, sem a constatação de fraude, ocasionará a extinção da punibilidade.



Questão 32

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Durante deslocamento no mar territorial brasileiro, a embarcação Enigma, a qual carregava grande carga de substância tóxica, naufragou. José, pescador artesanal, ficou impossibilitado de pescar por 6 meses em razão da mortandade de peixes provocada pelo naufrágio. Nessa situação:

- a. José detém pretensão indenizatória em face do(a) proprietário(a) da embarcação Enigma, pretensão esta que, dada a natureza do direito tutelado, é imprescritível.
- b. O fator de atração do interesse federal é a dominialidade do bem afetado.
- c. Se o(a) proprietário(a) da embarcação Enigma comprovar que restaurou integralmente o meio ambiente ao status quo ante, será inviável a sua condenação em danos materiais, ainda que seja possível imputar-lhe o pagamento de danos morais coletivos.
- d. A Caixa Econômica Federal, dentre outros, possui legitimidade ativa para o ajuizamento de ação civil pública visando à reparação do dano narrado.
- e. Não seria admissível a celebração de termo de ajustamento de conduta com o(a) proprietário(a) da embarcação Enigma, porquanto os direitos violados são indisponíveis.

A resposta correta é: O fator de atração do interesse federal é a dominialidade do bem afetado.

Questão 33

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Em relação à teoria geral dos direitos humanos, é incorreto afirmar que:

- a. A dignidade da pessoa humana configura um dos principais fundamentos para afirmação histórica dos direitos humanos, pois sustenta uma visão antiutilitarista das relações sociais ("o ser humano como fim em si mesmo").
- b. Embora gozem de uma posição de centralidade na construção dos ordenamentos jurídicos constitucionais e internacionais, os direitos humanos são dotados de relatividade no caso concreto (caráter não absoluto dos direitos humanos).
- c. O controle de convencionalidade consiste no processo de verificação da compatibilidade de uma norma ou prática interna em face do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- d. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os Tratados de Direitos Humanos podem apresentar status supralegal ou constitucional (artigo 5º, §3º, da CF/88).
- e. Não cabe ao Ministério Público Federal analisar a compatibilidade de uma norma ou prática interna em face do Direito Internacional dos Direitos Humanos, pois se trata de uma função exclusiva do Poder Judiciário.



A resposta correta é: Não cabe ao Ministério Público Federal analisar a compatibilidade de uma norma ou prática interna em face do Direito Internacional dos Direitos Humanos, pois se trata de uma função exclusiva do Poder Judiciário.

Questão 34

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

No que se refere à atuação do Ministério Público na defesa de grupos vulneráveis, indique a afirmativa falsa:

- a. A atuação do Ministério Público na prevenção e na repressão da violência doméstica e familiar contra a mulher independe da orientação sexual da vítima e deve respeitar a identidade de gênero da pessoa ofendida, razão pela qual abrange casais homoafetivos e mulheres trans.
- b. As instituições de ensino (públicas ou privadas) devem garantir um modelo de educação inclusiva às pessoas com deficiência, vedada, para tal fim, a cobrança de valores adicionais em suas mensalidades, anuidades e matrículas.
- c. Não se enquadram no conceito de discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos, inclusive porque inexistente fundamento sociológico/antropológico para a tese do "racismo reverso".
- d. A intervenção do Ministério Público Federal nos processos que envolvam direitos dos Povos Indígenas (artigo 232 da CF/1988) somente se justifica nos casos de populações isoladas ou de recente contato.
- e. Segundo o Supremo Tribunal Federal, as condutas homofóbicas e transfóbicas representam uma modalidade contemporânea de racismo, razão pela qual podem configurar as infrações penais previstas na Lei nº 7.716/1989 (que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).

A resposta correta é: A intervenção do Ministério Público Federal nos processos que envolvam direitos dos Povos Indígenas (artigo 232 da CF/1988) somente se justifica nos casos de populações isoladas ou de recente contato.

Questão 35

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Em relação aos direitos individuais e sociais (artigos 5º e 6º da CF/1988), assinale a formulação falsa:

- a. É inconstitucional lei municipal/estadual que proíba a divulgação de material com referência à "ideologia de gênero" nas escolas municipais/estaduais.
- b. É viável que o Ministério Público ajuíze demanda judicial para obrigar a administração pública a manter quantidade mínima de medicamento em estoque, pois a separação dos poderes e a reserva do possível não são limites intransponíveis ao controle jurisdicional das políticas públicas.
- c. O Supremo Tribunal Federal admite a recusa dos pais ou responsáveis à vacinação de criança ou adolescente por motivo de convicção filosófica.
- d. A inexistência de um endereço fixo ou de referência não deve ser utilizada como fundamento para a privação da liberdade da pessoa em situação de rua.
- e. As políticas públicas que visam à garantia do direito ao trabalho dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais devem ser elaboradas após a realização de consulta prévia, livre e informada junto às referidas populações.

A resposta correta é: O Supremo Tribunal Federal admite a recusa dos pais ou responsáveis à vacinação de criança ou adolescente por motivo de convicção filosófica.

JUSTIFICATIVAS – PROVA DE PÓS-GRADUAÇÃO
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. Sobre a Lei de Improbidade...

GABARITO: B

JUSTIFICATIVA:

Assertiva A: arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/1992.

Assertiva B: Difere da previsão do art. 12 da Lei 8.429/1992.

Assertiva C: art. 7º da Lei 8.429/1992.

Assertiva D: art. 1º, §1º da Lei 8.429/1992.

Assertiva E: art. 1º, §3º da Lei 8.429/1992.

2. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta...

GABARITO: C

JUSTIFICATIVA:

Assertiva A: art. 1º, §6º da Lei 8.429/1992.

Assertiva B: art. 2º da Lei 8.429/1992.

Assertiva C: Primeira parte correta, parte final errada (art. 2º da Lei 8.429/1992).

Assertiva D: art. 3º da Lei 8.429/1992.

Assertiva E: art. 23 da Lei 8.429/1992.

3. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta...

GABARITO: E

JUSTIFICATIVA:

Assertiva A: art. 21, II da Lei 8.429/1992.

Assertiva B: art. 11, §4º da Lei 8.429/1992.

Assertiva C: art. 14 da Lei 8.429/1992.

Assertiva D: art. 23, §4º e incisos, Lei 8.429/1992.

Assertiva E: art. 20 Lei 8.429/1992.

DIREITO CONSTITUCIONAL

4. Sobre a Jurisprudência do Supremo...

GABARITO: B

JUSTIFICATIVA:

As respostas encontram-se na jurisprudência do STF:

Assertiva A: ADI 5.545/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 13/4/2023 (Info 1090).

Assertiva B: RE 1010606/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 11/2/2021 (Repercussão Geral – Tema 786) (Info 1005).

Assertiva C: ADPF 709-MC-segunda-Ref/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 25/2/2022 (Info 1045).

Assertiva D: RE 806339/SE, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Edson Fachin, julgamento em 14/12/2020 (Repercussão Geral – Tema 855) (Info 1003).

Assertiva E: RE 494601/RS, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, julgamento em 28/3/2019 (repercussão geral) (Info 935).

5. Sobre as disposições da Constituição...

GABARITO: D

Justificativa:

As respostas encontram-se no texto da Constituição Federal de 1988 e do ADCT.

A assertiva A corresponde ao teor do art. 68 do ADCT.

A assertiva B corresponde ao teor do art. 231, caput, da CF/88.

A assertiva C corresponde ao teor do art. 231, § 1º, da CF/88.

A assertiva D contraria o teor do art. 231, § 2º, da CF/88.

A assertiva E corresponde ao teor do art. 231, § 5º, da CF/88.

6. São direitos fundamentais...

GABARITO: C

Justificativa:

Não há previsão expressa de um direito à felicidade na CF/88. Por outro lado, os demais direitos mencionados na questão encontram-se previstos no art. 5º, caput, e LXXIX, da CF/88.

7. Sobre o Ministério Público Brasileiro...

GABARITO: E

Justificativa:

As respostas encontram-se no texto da Constituição Federal de 1988.

A assertiva A corresponde ao teor do art. 128, I, a, b, c, d, da CF/88.

A assertiva B corresponde ao teor do art. 129, I, da CF/88.

A assertiva C corresponde ao teor do art. 128, § 1º, da CF/88.

A assertiva D corresponde ao teor do art. 127, § 1º, da CF/88.

A assertiva E contraria o teor do art. 127, caput, da CF/88.

8. Sobre a jurisprudência do Supremo...

GABARITO: D

Justificativa:

As respostas encontram-se na jurisprudência do STF:

Assertiva A: ADPF 347/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgamento em 4/10/2023 (Info 1111).

Assertiva B: ADC 41/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 8/6/2017 (Info 868).

Assertiva C: ADI 7.028/AP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 16/6/2023 (Info 1099).

Assertiva D: ADI 4815/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 10/6/2015 (Info 789).

Assertiva E: RE 778889/PE, Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 10/3/2016 (Repercussão Geral - Tema 782) (Info 817).

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. Sobre o poder de polícia...

GABARITO: C

Justificativa:

As alternativas A e B estão corretas, considerando que espelham a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria. Os entendimentos estão presentes na Edição n.º 82 da Jurisprudência em Teses do STJ. A tese n.º 01 diz que “A administração pública possui interesse de agir para tutelar em juízo atos em que ela poderia atuar com base em seu poder de polícia, em razão da inafastabilidade do controle jurisdicional” e a tese n.º 04

consigna que “A prerrogativa de fiscalizar as atividades nocivas ao meio ambiente concede ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA interesse jurídico suficiente para exercer seu poder de polícia administrativa, ainda que o bem esteja situado dentro de área cuja competência para o licenciamento seja do município ou do estado”.

A alternativa incorreta é a C em virtude de seu descompasso com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, no âmbito do RE 633.782, julgado em 26-10-2020, (Tema 532 da Repercussão Geral), fixou a seguinte tese: É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

A alternativa D está correta, pois consonante à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que possui reiterados entendimentos na direção de que “É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente prevista” (RE 658570, Relator: Marco Aurélio, Relator p/ Acórdão: Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 06-08-2015, DJe 29-09 2015).

A alternativa E está correta e reflete o entendimento do Superior Tribunal de Justiça na edição n.º 135 da Jurisprudência em Teses do STJ, no sentido de que “Os conselhos profissionais têm poder de polícia para fiscalizar as profissões regulamentadas, inclusive no que concerne à cobrança de anuidades e à aplicação de sanções”.

10. Sobre a intervenção do Estado...

GABARITO: A

Justificativa:

A alternativa A está correta, sendo certo que esse entendimento é defendido institucionalmente pelo Ministério Público Federal, conforme se depreende do Enunciado n.º 03, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, segundo o qual “A inexistência de tombamento não caracteriza a ausência de valor cultural, uma vez que o tombamento tem valor meramente declaratório quanto a este aspecto. Assim, mesmo na ausência de tombamento, deve o Ministério Público Federal atuar para a preservação do bem, inclusive, se necessário, através da propositura de ação judicial que declare o seu valor cultural”.

A possibilidade de ajuizar ação civil pública com o objetivo de declarar o valor cultural de determinado bem decorre do artigo 129, inciso III, da Constituição c.c. artigo 1º, inciso III c.c. artigo 3º da Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985) c.c. artigo 6º, inciso XIV, alínea ‘d’, da Lei Complementar n.º 75/1993. A jurisprudência também respalda a possibilidade, ex vi do REsp n. 753.534/MT, relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 25/10/2011, DJe de 10/11/2011.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, é instrumento exclusivo da União, não se abrindo referida competência constitucional aos Municípios e Estados da federação. Essa é a norma constitucional prevista no artigo 182 da Constituição: Compete à União desapropriar por interesse social,

para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

As alternativas C e E estão incorretas, dado que contradizem a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. No julgamento da ACO 1208 AgR, Relator: Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, em 24-11-2017, o STF decidiu que Municípios e Estados podem tomar bens da União. Do mesmo modo, decidiu-se que o Poder Legislativo pode aprovar lei que determine o tombamento de bem específico, cabendo ao Poder Executivo implementar a vontade do legislador, deflagrando o processo administrativo de tombamento.

A alternativa D está incorreta. A afirmação viola a literalidade do artigo 5º, inciso XXV, da Constituição (“no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”) ao asseverar o descabimento de indenização ulterior em caso de dano comprovado.

11. Sobre os bens públicos...

GABARITO: B

Justificativa:

A alternativa A está correta. É a dicção dos artigos 183, § 3º (“Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”) e 191, parágrafo único (“Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”), ambos da Constituição.

A alternativa B está incorreta. As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são bens públicos de uso especial, e não dominicais, e integram o acervo patrimonial da União.

A alternativa C está correta. É o que determina o artigo 26, inciso IV, da Constituição (“Incluem-se entre os bens dos Estados: IV – as terras devolutas não compreendidas entre as da União”).

A alternativa D está correta. De acordo com a doutrina, a desafetação torna o bem passível de alienação, nas condições previstas em lei. Isso porque o instituto retira sua destinação pública e ele deixará de ser de uso comum ou especial e passará a ser dominial. Para que a desafetação seja feita licitamente, depende de lei específica ou manifestação do Poder Público mediante ato administrativo expresso, não ocorrendo com o simples desuso do bem (CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo, 10. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2022, p. 1.376).

A alternativa E está correta. Os bens públicos não podem ser penhorados em juízo para a garantia de uma execução contra a fazenda pública. Como diz a doutrina, a penhora não surtiria os efeitos necessários, inclusive, pelo fato de que o orçamento público é garantia da execução contra o Estado, uma vez que os débitos judiciais serão inscritos e pagos com respeito à ordem cronológica de precatórios prevista no artigo 100 da Constituição (CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo, 10. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2022, p. 1.377).

12. Sobre o controle da administração...

GABARITO: C

Justificativa:

A alternativa A está errada. A fiscalização é exercida, mediante controle externo, pelo Congresso Nacional, e os demais Poderes da República devem manter sistema de controle interno. A assertiva inverte as modalidades de controle (externo e interno) e modifica o órgão autônomo responsável pela fiscalização, que é o Congresso Nacional.

A alternativa B está errada. Ela inverte o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, tendo em vista que, recentemente, foi fixada a tese de que “O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa”. [RE 1.182.189, rel. min. Marco Aurélio, red. do ac. min. Edson Fachin, j. 25-4-2023, P, DJEde 16-6-2023, Tema 1.054].

Alternativa C está correta. O Supremo Tribunal Federal entende que “Ao TCU é assegurado plexo de poderes e mecanismos cautelares voltados à garantia da eficácia de eventuais provimentos definitivos que imponham sanções a agentes públicos ou particulares responsáveis por irregularidades no trato de recursos públicos. (...) É legal e constitucionalmente fundada a desconsideração da pessoa jurídica pelo TCU, de modo a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público, observados o contraditório e a ampla defesa” [MS 35.920, rel. min. Marco Aurélio, red. do ac. min, Gilmar Mendes, j. 18-3-2023, P, DJEde 13-4-2023].

A alternativa D está incorreta. Contraria o artigo 71, § 3º, da Constituição (“As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo”).

A alternativa E está incorreta. A Constituição não defere ao Tribunal de Contas da União a competência para julgar as contas do Presidente da República, mas, apenas, para “apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento” (artigo 71, inciso I, da Constituição), cabendo exclusivamente ao Congresso Nacional o dever de “julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo” (artigo 49, inciso IX, da Constituição).

DIREITO PENAL

13. Em 2024, João foi condenado...

GABARITO: D

Justificativa:

A resposta corresponde à seguinte multiplicação $360 \times 1212 \times 5 \times 3 = R\$ 6.544.800,00$. 360 é o número máximo de dias-multa a que alguém pode ser condenado em relação aos delitos descritos no Código Penal. 1212 é o valor do salário-mínimo vigente à época dos fatos. 5 é o valor máximo do dia-multa. 3 é a possibilidade de exasperação da multa prevista no art. 60, §1º do CP.

14. A fim de dar cumprimento...

GABARITO: E

Justificativa:

A questão narra um caso de erro de tipo acidental, na modalidade *aberratio ictus*. Ademais, a infração penal praticada possui resultado único (e não resultado duplo), razão pela qual não há que se falar em concurso de crimes, prevalecendo o delito mais grave, qual seja, a tentativa de homicídio, a qual absorverá as lesões corporais leves. Igualmente, não há que se falar em crime culposo, uma vez que os erros de tipo acidentais não excluem o dolo.

15. Márcia, servidora da Receita Federal...

GABARITO: E

Justificativa:

A conduta narrada na assertiva E tipifica descaminho, o qual não prevê pena de multa.

16. No aeroporto de Manaus/AM...

GABARITO: D

Justificativa:

Conforme entendimento do STJ, exarado no HC Nº 625274 de 2023, as inspeções de segurança realizadas em aeroportos, rodoviárias, estradas etc, prescindem da fundada suspeita.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

17. O juiz das garantias é responsável...

GABARITO: B

Justificativa:

Redação do art. 3B do CPP c/c com a decisão do STF nas ADIs 6299, 6298, 6300 e 6305.

18. No que diz respeito à competência penal...

GABARITO: A

Justificativa:

Redação do art. 73 do CPP.

19. Cabe recurso em sentido...

GABARITO: C

Justificativa:

Redação do art. 581, inciso III do CPP.

20. São crimes que admitem...

GABARITO: A

Justificativa:

Redação do art. 1.º, inciso III, a da Li n.º 7960/1989.

DIREITO CIVIL

21. O Termo de Ajustamento...

GABARITO: A

Justificativa:

A alternativa A é a única correta. Todas as demais contêm uma ou mais afirmações erradas. Embora não haja unanimidade quanto à classificação, boa parte da doutrina compreende que o compromisso de ajustamento de conduta possui natureza negocial. Com relação à aplicabilidade dos vícios de consentimento, trata-se de matéria pacificada na jurisprudência.

22. No tocante à Lei de Introdução...

GABARITO: D

Justificativa:

A alternativa D é a única inteiramente correta. De fato, o CPC vigente derogou algumas normas de Direito Internacional Privado previstas na LINDB, a exemplo das regras atinentes ao processo civil internacional e à disciplina da homologação de sentença estrangeira.

23. Assinale a alternativa que retrata...

GABARITO: C

Justificativa:

Somente a alternativa C incorpora entendimento do STJ (Tema 1.091).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

24. Em relação ao microsistema...

GABARITO: B

Justificativa:

A multiplicidade de partes em um dos polos de uma relação processual configura um litisconsórcio (elemento desnecessário à configuração do processo coletivo). A demanda coletiva pressupõe a discussão sobre uma situação jurídica coletiva (ativa ou passiva) titularizada por uma coletividade, mas que pode ser representada por um único ente (o Ministério Público Federal, por exemplo).

Assertiva "a" - Artigo 81, parágrafo único, do CDC.

Assertiva "c" - Resolução 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Assertiva "d" - Em regra, a sentença coletiva só produz efeitos na esfera individual se for procedente (transporte in utilibus da coisa julgada coletiva para o plano individual). O transporte in utilibus exige que o indivíduo opte pela suspensão da demanda, no prazo de 30 dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva. No Mandado de Segurança coletivo, a Lei 12.016.2009 fala em desistência da ação. Excepcionalmente, se o indivíduo intervier na ação coletiva envolvendo direitos homogêneos, atendendo ao edital previsto no artigo 94 do CDC, a coisa julgada lhe afetará, ainda que haja a improcedência do pedido.

Assertiva "e" - Entendimento doutrinário. o CPC faz diversas menções ao microsistema coletivo, vide o artigo 139, X. Há um diálogo de fontes.

25. Acerca da competência cível...

GABARITO: C

Justificativa:

Artigo 178, Parágrafo único, do CPC. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público. As assertivas corretas se

fundamentam no artigo 109 da Constituição Federal e no entendimento dos Tribunais Superiores.

26. Considerando o princípio do acesso...

GABARITO: C

Justificativa:

Art. 311 do CPC. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo (...).

As assertivas corretas se fundamentam nos artigos 294 a 311 do CPC e no entendimento do STJ e do STF sobre o tema.

Quanto à tutela inibitória (assertiva "a"), o artigo 497, parágrafo único, do CPC dispõe que: "Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo."

DIREITO DO CONSUMIDOR

27. Com base no Código de ...

GABARITO C

Justificativa:

O CDC define como consumidor a pessoa física ou jurídica que adquire bem ou serviço como destinatário final (artigo 2º), razão pela qual é relevante a destinação conferida (o consumidor é o destinatário econômico do produto ou serviço, e não apenas o destinatário fático). Com base em tais premissas, distinguem-se as relações consumeristas daquelas destinadas ao insumo de atividades produtivas.

Assertiva "a" - Correta, conforme o artigos 12 e 14 do CDC.

Assertiva "b" - Súmula 601 do STJ: 'O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviços públicos'.

Assertiva "d" - Entendimento do STJ firmado no RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.830 - RS, acompanhado pela doutrina consumerista.

Assertiva "e" - Súmula 297 do STJ.

28. Sobre o sistema consumerista...

GABARITO: E

Justificativa:

Com base no artigo 20 da Lei 12.529/2011, o Procurador-Geral da República indicará membro do Ministério Público Federal para, nesta qualidade, emitir parecer, nos processos administrativos para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica, de ofício ou a requerimento do Conselheiro-Relator. Na prática administrativa do CADE, a atuação do MPF é ainda mais ampla que aquela extraída da literalidade da lei.

Assertiva "a" - O CDC adota a teoria da base objetiva dos contratos, dispensando a imprevisibilidade ou extraordinariedade (requisitos exigidos no Código Civil), desde que haja alteração da realidade contratual.

Assertiva "b" - Segunda a doutrina econômica, a atuação do Estado no Domínio econômico pode ocorrer por meio da atuação empresarial (intervenção direta) ou da atividade regulatória (intervenção indireta).

Assertiva "c" - Artigos 170 e 185 da Constituição Federal

Assertiva "d" - Artigo 1º, parágrafo único, da Lei 12.529/2011

DIREITO ELEITORAL

29. Sobre o Direito Eleitoral...

GABARITO: E

Justificativa:

A questão tem por base os Capítulos IV (Dos Direitos Políticos) e V (Dos Partidos Políticos) do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) da Constituição Federal de 1988.

A assertiva A contraria o teor do art. 15 da CF/88.

A assertiva B contraria o teor do art. 17, § 1º, da CF/88.

A assertiva C contraria o teor o art. 14, § 10, da CF/88.

A assertiva D contraria o teor do art. 14, § 1º, II, b, da CF/88.

A assertiva E corresponde ao teor do 14, § 11, da CF/88.

30. Sobre a jurisprudência do Supremo...

GABARITO: A

Justificativa:

Assertiva A: ADI 5970/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 7/10/2021 (Info 1033).

Assertiva B: ADI 4467/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 19/10/2020 (Info 995).

Assertiva C: ADPF 541/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 26/9/2018 (Info 917).

Assertiva D: ADI 2530/DF, Rel. Min. Nunes Marques, julgamento em 18/8/2021 (Info 1026).

Assertiva E: ADI 5081/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 27/5/2015 (Info 787).

DIREITO AMBIENTAL

31. Maristela, administradora do zoológico...

GABARITO: C

Justificativa:

A assertiva reflete o entendimento do STJ no REsp 1977172-PR, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 24/08/2022.

32. Durante o deslocamento no mar...

GABARITO: B

Justificativa:

Conforme art. 20, VI, da CF, o mar territorial é bem da União, de forma que a ocorrência de desastre ambiental em suas águas atrai o interesse federal.

DIREITOS DIFUSOS

33. Em relação à teoria geral...

GABARITO: E

Justificativa:

O Ministério Público, enquanto órgão estatal, tem o poder-dever de realizar o controle de convencionalidade. Pode também atuar de modo consultivo e opinativo, sem poder decisório, ou fazê-lo dentro de suas atribuições finalísticas (MAZZUOLI; FARIA; OLIVEIRA, 2020, p. 94) Assertivas corretas - Curso de Direitos Humanos / André de Carvalho Ramos. – 7. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020

34. No que se refere à atuação...

GABARITO: D

Justificativa:

O artigo 232 não formula distinção entre Populações Indígenas pelo grau de contato. Vale salientar, ainda, que a intervenção do MPF não configura a manutenção de um regime tutelar.

ENUNCIADO 6CCR nº 36, de 02 de maio de 2018 - "O regime tutelar previsto na Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio) não foi recepcionado pelos art.231 e 232 da Constituição da República, de modo que os povos indígenas são partes legítimas para diretamente comparecer em juízo, nos polos ativo e passivo, nos processos judiciais que os afetem direta e indiretamente. Diante disso, é devida, pelo membro do Ministério Público Federal, a provocação para que a comunidade seja citada/intimada, especialmente em processos que visem desconstituir atos ou procedimentos de demarcação, sem prejuízo da atuação do Ministério Público Federal e da Fundação Nacional do Índio".

Assertiva "a" - STJ: "A Lei Maria da Penha atribuiu às uniões homoafetivas o caráter de entidade familiar, ao prever, no seu artigo 5º, parágrafo único, que as relações pessoais mencionadas naquele dispositivo independem de orientação sexual." No primeiro semestre de 2022, uma decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) também deve ser aplicada aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero (STJ. 6ª Turma. REsp 1.977.124/SP, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, julgado em 5/4/2022 (Info 732).

Assertiva "b" - São constitucionais o art. 28, § 1º e o art. 30 da Lei nº 13.146/2015, que determinam que as escolas privadas ofereçam atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência sem que possam cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas para cumprimento dessa obrigação.

STF. Plenário. ADI 5357 MC-Referendo/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2016 (Info 829). Assertiva "c" - Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e jurisprudência do STF.

Assertiva "e" - STF. Plenário. ADO 26/DF, Rel. Min. Celso de Mello; MI 4733/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em em 13/6/2019 (Info 944).

35. Em relação aos direitos individuais...

GABARITO: C

Justificativa:

É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, estado, Distrito Federal ou município, com base em consenso médico-científico.

Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar. STF. Plenário. ARE 1267879/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 16 e 17/12/2020 (Repercussão Geral – Tema 1103) (Info 1003).

Assertiva "a" - STF. Plenário. ADPF 457, Rel. Alexandre de Moraes, julgado em 27/04/2020.

Assertiva "b" - STF. 1ª Turma. RE 429903/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 25/6/2014 (Info 752).

Assertiva "d" - Resolução 425/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

Assertiva "e" - Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (artigo 6º).
Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (vide o Caso Saramaka vs. Suriname).